

A luta pela eliminação da discriminação racial

*Clovis André Silva**

No dia 21 de março do ano de 1960, no bairro de Shaperville, na cidade de Johannesburgo, capital da África do Sul, cerca de 20 mil mulheres e homens negros protestavam de forma pacífica contra a lei do passe, que obrigava pessoas da etnia negra a portarem cartão de identificação, especificando os locais por onde podiam circular. A manifestação se dava de forma tranquila quando, de repente, depararam com a Polícia sul-africana abrindo fogo sobre a multidão, matando 69 pessoas e ferindo outras 186. Essa ação ficou conhecida como o Massacre de Shaperville, mas somente em 1976, depois de muita pressão dos movimentos sociais contra o racismo no mundo inteiro, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o 21 de março como Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, condenando aquele regime de segregação, que só teria fim em 1994 com a chegada de Nelson Mandela ao poder.

A palavra racismo no seu conceito básico descreve, assim, ideologia que postula a existência de hierarquia, de superioridade entre grupos humanos e se manifesta, muitas vezes, por meio de um olhar, uma piada, uma brincadeira que procura mostrar que o lugar do negro deve ser nos espaços inferiores. É um vírus e, por isso, se apresenta de forma silenciosa contra judeus, árabes, ciganos, índios, mas, sobretudo, negros. Desse modo, continua a infectar as relações sociais e as instituições humanas, pois as novas formas de discriminação têm desafiado os avanços já alcançados. Esse fenômeno, além de perverso, tem sido fator de exclusão da comunidade negra no mercado de trabalho quando o critério de seleção pede a boa aparência, que nada mais é que a pessoa não deva ser de pele escura, e, como se não bastasse tudo isso, a violência policial nos grandes centros tem feito um verdadeiro extermínio da juventude negra, entre outros. O Brasil é signatário de vários acordos, tratados e convenções internacionais que buscam a promoção da igualdade racial e social e, nesse sentido, é preciso uma fiscalização mais efetiva por parte do movimento negro e da sociedade em geral para que tais ações sejam efetivadas de maneira eficaz e coerente. As reparações através de ações afirmativas são ferramentas com o objetivo de corrigir distorções históricas.

A Prefeitura de Porto Alegre vem fazendo sua parte e tomando para si a responsabilidade de combater as desigualdades. Queremos uma sociedade que respeite a diversidade racial, não apenas em momentos isolados, mas em todos os lugares e em todos os dias. Enfim, que igualdade não fique somente nos altos do artigo 5 da Constituição federal brasileira e passe a ser realidade entre nós.

**Coordenador-geral do Gabinete de Políticas Públicas para o Povo Negro
Artigo publicado no Jornal Correio do Povo – 21/03/2011*